Direito Comunitário

Acto Único Europeu

Trabalho realizado por:
Ana Pimentel
Vera Melo

Antecedentes ao Acto Único Europeu

- **Tratado de Roma (art. 8º) previa-se a construção de um mercado comum ao longo de um período transitório de 12 anos, dividido em 3 fases, com final previsto para 31 de Dezembro de 1969;**
- **União Aduaneira, que constituía o primeiro objectivo, foi realizada mais cedo que o previsto. O período transitório consagrado ao alargamento dos contingentes e à eliminação das fronteiras internas terminou em 1 de Julho de 1968;**

Acto Único Europeu

- Durante esse período, foi adoptada na Europa uma tarifa externa comum (TEC), aplicável aos países terceiros;

- A Europa verde é o segundo grande plano da construção da Europa. Em 1962, foram adoptados os primeiros regulamentos sobre a PAC (Política Agrícola Comum) e o FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola);

- O Tribunal de Justiça teve, como papel principal, garantir que o máximo de disposições do Tratado produzissem efeito directo no final desse período;

- Findo o período transitório existia ainda um número considerável de entraves à livre circulação, o mercado comum não estava concluído;

- **Percurso das comunidades foi assinalado por um duplo processo:** melhorias no plano institucional e os alargamentos

- Alterações no plano institucional (Tratado de Fusão 8 Abril de 1965; Decisão de Conselho de 21 de Abril de 1970; Tratado de Luxemburgo 22 de Abril de 1970; Tratado de Bruxelas de 22 de Julho de 1975; Acto de 20 Setembro de 1976; Conselho Europeu de 1979; Acordos de Fontainebleau de 1984).

- **Alargamentos até ao Acto Único: Reino Unido, Dinamarca e Irlanda a 1 de Janeiro de 1973; Grécia em 1981; Espanha e Portugal em 1986.**

Acontecimentos mais Importantes:

- **Os primeiros êxitos alcançados com a Comunidade Económica levaram a que no inicio da década de 60, o objectivo de criar igualmente uma união política dos Estados-Membros voltasse a ocupar o 1º plano;**

- Cimeira de Bona de 1961
- 3ª fase do período de transição (França e a política do "lugar vazio") em 1 de Janeiro de 1966
- "Compromisso do Luxemburgo" 30 de Janeiro de 1966
- Cimeira de Haia de 1 e 2 de Dezembro de 1969
- Cimeira de Paris de Outubro de 1972
- "Crise do Petróleo" de 1973
- Cimeira de Fontainebleau de Dezembro de 1974
- Criação do "Comité dos três sábios" em 1978
- Sistema Monetário Europeu (SME) 1978

Preparação e Criação do Acto Único Europeu

- Proposta do "Acto Europeu", no Conselho Europeu de Londres em 1981, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Alemanha e da Itália sobre variadas áreas tais como:

- cooperação política e cultural;

- direitos fundamentais;

- harmonização das legislações não abrangidas pelos Tratados Comunitários;

- luta contra a violência, terrorismo e criminalidade.

- Este projecto viria dar corpo ao Acto Único Europeu

- A novidade consistia em transferir novas competências em domínios fundamentais

- Exercício do poder legislativo através de um método muito semelhante ao de um Estado Federal.

- Criação de um Comité Dooge, encarregado de indicar sugestões, tendo como finalidade o aperfeiçoamento do funcionamento do sistema comunitário bem como da cooperação política.

- Junho 1985, Conselho Europeu de Milão aprova a reunião de uma Conferência Intergovernamental (com o objectivo de discutir os poderes das Instituições, o alargamento da Comunidade a novos campos de actividade e a criação de um verdadeiro mercado interno)

- O artigo 8º do Tratado da CEE, dada pelo artigo 13º do Acto Único, apresenta-nos a transformação do mercado comum do Tratado de Roma, num mercado único onde passa a existir um espaço sem fronteiras internas, no qual a livre circulação das mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais é garantida.

- Desenvolveu-se, assim, um movimento que possibilitou a criação de políticas fora do Tratado, bem como a concepção de novas políticas e determinação de novos objectivos, entre as quais:

  - a união económica e monetária;
  - a institucionalização do Conselho Europeu;
  - a urgência da política externa comum e de defesa;
  - ampliar o leque das políticas europeias que de catorze, no Tratado de Roma, passaram a quarenta no Tratado da União Europeia;
  - dirigir-se para a moeda única;
  - reforçar os poderes do parlamento e da Comissão;
  - criar e dar conteúdo a uma cidadania europeia.

- Foi através de uma votação, (com a objecção de britânicos, dinamarqueses e gregos que mais tarde acabaram por cooperar activamente na preparação), que se deliberou a solicitação de uma conferência intergovernamental para a redacção de um Acto Único.

- Acordo de Schengen assinado por Benelux, França e Alemanha em 1985

- Jacques Delors, socialista francês que foi eleito presidente da Comissão Europeia, em 1985, teve como primeira medida permitir a aprovação, em 1986, do Acto Único Europeu.

O Acto Único Europeu

- **Segundo Jacques Delors: "O Acto Único é, numa frase, a obrigação de realizar simultaneamente o grande mercado sem fronteiras e também, a coesão económica e social, uma política europeia de investigação e tecnologia, o reforço do Sistema Monetário Europeu, o começo de um espaço social europeu e de acções significativas em relação ao meio ambiente".**

- O Acto Único Europeu foi assinado no Luxemburgo em 17 de Fevereiro de 1986, por nove Estados-Membros:

- Bélgica
- Alemanha
- Holanda
- Espanha
- França
- Irlanda
- Luxemburgo
- Portugal
-Reino Unido

- E em Haia, em 28 de Fevereiro do mesmo ano, pelos restantes Estados-Membros:

- Dinamarca
- Itália
- Grécia

- Entrou em vigor a 1 de Janeiro de 1987

O Acto Único Europeu:

- alargou as votações por maioria qualificada (especialmente no âmbito das medidas relativas ao Mercado Único);

- apareceu como a primeira revogação dos tratados fundadores das Comunidades Europeias;

- Marcou a transição de uma estrutura extremamente centralizada, para um novo modo de integração de mercados, combinando, supranacionalidade e descentralização

- Foi introduzido, em 1986, o conceito de coesão económica e social a fim de diminuir as diferenças entre os países e regiões comunitárias

- Introduziu políticas estruturais em beneficio das regiões com atrasos de desenvolvimento ou que tenham sido atingidas por mutações tecnológicas e industriais
- Promoveu a cooperação em matéria de investimento e de desenvolvimento
- Proposta de um Banco central comum
- Com a entrada em vigor do Tratado da União Europeia (1 de Novembro de 1993), o princípio da liberdade completa dos movimentos de capitais é aprovado no próprio tratado

Acto Único

Para concretização do mercado interno o Acto Único Europeu soleniza:

- ► desmantelamento das fronteiras físicas, técnicas e fiscais depois de 1992
- ► liberalização das trocas, dos movimentos de capitais, liberdade completa a partir de 1 de Julho de 1990
- ► livre prestação de serviços
- ► estabelece processo de decisão mais rápido → maioria qualificada
- ► Parlamento com lugar de maior importância no processo legislativo
- ► Em 1957 o Tratado de Roma estabelece a regra "por trabalho igual, salário igual"
- ► Dimensão social que foi consagrada pela Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores

Impacto do Mercado Único

- Camiões de mercadorias já não param nas fronteiras da CE, a não ser para inspecções sanitárias e de segurança;
- Não pode haver discriminação relativamente a indivíduos oriundos da CE a nível de trabalho por parte do governo;
- Os residentes na CE podem deslocar os seus fundos, assim como a si próprios, sem terem de se preocupar com medidas de controlo de capital e trabalhar sem necessitarem de autorização em qualquer país-membro
- Benefícios consideravelmente maiores dos que os que resultavam da simples união aduaneira

Aspecto menos positivo: regulamentação mais dispendiosa

- Não pode haver transferência de capital para jurisdições com impostos mais baixos

Objectivos do Acto Único:

- Realização do grande mercado interno em 1 de Janeiro de 1993;
- Promoção conjunta da democracia, solidariedade e paz;
- Reforço do papel do Parlamento Europeu para diminuir o défice democrático do sistema decisório comunitário;
- Melhoria da situação económica e social pelo aprofundamento das políticas comuns;
- Melhoria da capacidade de decisão do conselho;

- Consagração de políticas importantes no texto do Tratado da CEE;
- O AUE institui igualmente um processo de cooperação no domínio da politica externa;
- Aprovação da reforma e do apoio financeiro dos Fundos Estruturais (FEOGA; FSE; FEDER);

Instituições e Competências

- O Acto Único estabeleceu a existência do Conselho Europeu (reunião periódica dos chefes de Estado e do Governo normalmente conhecido por Conselho de Ministros);

- O Parlamento Europeu viu reforçados os seus poderes

- Implementação das decisões adoptadas por maioria qualificada. Substitui a regra da unanimidade relativamente a 4 competências existentes:

  - alteração da pauta aduaneira comum;
  - livre prestação de serviços;
  - livre circulação de capitais;
  -politica comum de transportes marítimos e aéreos;

- Novas competências nos diferentes domínios:

  - mercado interno;
  - política social;
  - coesão económica e social;
  - investigação e desenvolvimento Tecnológico;
  - ambiente;

- No domínio legislativo, a instituição de um processo de cooperação entre o Parlamento e o Conselho conferem ao 1º verdadeiros poderes legislativos, apesar de restritos.

- O AUE constitui o Comité Monetário de carácter consultivo que tem como funções a formulação de pareceres e o acompanhamento da situação monetária e financeira dos Estados-Membros e da Comunidade.

Êxitos do Acto Único:

- Crescimento económico superior;
- Benefícios mais explícitos para consumidores e empresas;
- Acentuada redução do crónico desemprego na Europa;
- Movimento no lado da oferta com a anulação das limitações;
- Atenuação das dívidas públicas.

Contudo…

deu-se o encerramento de algumas empresas pelo facto de não possuírem uma capacidade competitiva para se integrarem num mercado único e uma instabilidade das taxas de câmbio.

Conclusão

- É a primeira grande revisão dos tratados comunitários e estabeleceu entre os Estados-Membros as fases e o calendário das medidas necessárias para a realização do mercado interno em 1992;

- Instrumento institucional novo que alterou o Tratado de Roma, consagrando o regresso ao voto maioritário no Conselho Europeu, na medida em que alargava o campo das decisões maioritárias ao domínio do mercado interno;

- Representa vários anos de debates intensos sobre as formas de relançar e melhorar o processo de integração europeia após o alargamento das Comunidades Europeias à Grécia, Espanha e a Portugal nos anos 80

Bibliografia

- Mota de Campos, João. *Direito Comunitário*, vol. I, 2ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa;

- Fontaine, Pascal. *Sete dias que fizeram a Europa*, A Europa em movimento, Comissão Europeia, 1997;

- Cd *50 anos de Europa*, os grandes textos da construção europeia, 2ªedição revista e aumentada;

- *http://ue.eu.int*

- *http://parleurop.pt*